Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Disciplina: Filosofia da Educação II
Educador: João Nascimento Borges Filho

Teoria do Capital Humano

Patrick Fitzsimons - Universidade de Auckland

Tradução Luiz Antônio Vieira Barbosa Filho

Grupo de Estudos Wittgenstein (USP)

Em vários países do Ocidente a educação tem sido, recentemente, reteorizada sob a Teoria do Capital Humano como, antes de tudo, um aparelho econômico. A Teoria do Capital Humano é a mais influente teoria econômica da educação ocidental, ditando o sistema das políticas desde o início dos anos sessenta. Ela é vista, cada vez mais, como a chave determinante para performance econômica. Uma estratégia chave em determinar performance econômica tem sido empregar uma concepção de individua como capital humano e várias metáforas econômicas como 'mudança tecnológica', 'pesquisa', 'inovação', 'produtividade', 'educação' e 'competitividade'. Considerações econômicas, *per se*, no passado não haviam determinado a educação.

Na *Riqueza das Nações* (1776) Adam Smith formulou as bases do que mais tarde se tornaram as bases da ciência do capital humano. Nos dois séculos seguintes duas escolas de pensamento podem ser distinguidas. A primeira escola de pensamento distinguia entre capacidades adquiridas que eram classificadas como capital e os próprios seres humanos, que não eram. Uma segunda escola de pensamento afirmava que os próprios seres humanos eram capital. Na moderna Teoria do Capital Humano todo comportamento humano é baseado no auto-interesse econômico dos indivíduos operando dentro de mercados livremente competitivos. Outras formas de comportamento são excluídas ou tratadas como distorções do modelo.

http://www2.unifap.br/borges

Uma explicação proeminente para essa mudança é fornecido por uma recente reformulação da Teoria do Capital Humano que enfatizou o significado de educação e treinamento como a chave para participação em uma nova economia global. Em uma de suas publicações mais recentes a OECD (1997a: 7), por exemplo, afirma que as transformações radicais nos setores público e privado da economia introduzidos em anos recentes em resposta à globalização serão "severas e perturbantes para vários valores e procedimentos estabelecidos". Em outro relatório que explica a internacionalização na educação superior como um componente da globalização, o OECD (1997b: 11) acredita que “o internacionalismo deveria ser visto como uma preparação para o capitalismo do século 21". (Esta forma de capitalismo é baseada no investimento em mercados financeiros ao invés da manufatura de mercadorias, requerendo, desta maneira, dependência das tecnologias eletrônicas). Aquela organização também declara ousadamente que o internacionalismo é “um meio de melhorar a qualidade da educação" (OECD, 1997b: 8). Sustentando a Teoria do Capital Humano tem-se argumentado que “a performance econômica completa dos países da OECD está aumentando mais diretamente baseada em seu estoque de conhecimento e sua capacidade de aprendizado (Foray & Lundvall, 1996: 21)”. Claramente, a OECD está tentando produzir um novo papel para a educação, em termos do assunto capital humano, exigido nas instituições ‘globalizadas.

Em termos de reforma estrutural, sob a Teoria do Capital Humano, a base do sistema de política estrutural de uma nação estado é o aumento da *flexibilidade do trabalho* através de reformas regulatórias no mercado de trabalho, bem como aumentando os níveis de conhecimento profissional por meio de investimentos adicionais na educação, esquemas de treinamento e contratação, e imigração centrada em atrair capital humano de alta qualidade.

A Teoria do capital Humano foi criticada em um número de considerações. Duas críticas são delineadas aqui: uma externa e outra interna. O mais claro enunciado sobre as deficiências da Teoria do Capital Humano atinge o coração da economia neoclássica. O ressurgimento da sociologia econômica, em particular pelas mãos de Fred Block (1990:21), procura desafiar as hipóteses básicas que motivam a metodologia da economia neoclássica. Ele afirma que estas repousam sobre dois alicerces. O primeiro é a idéia que a

http://www2.unifap.br/borges

economia é um domínio analiticamente separado da sociedade que pode ser entendido em termos de suas dinâmicas internas. Economistas estão perfeitamente cientes que a política e a cultura influenciam a economia, mas eles vêm estes como fatores exógenos que podem ser seguramente agrupados quando alguém desenvolve um sistema que se concentra em fatores puramente econômicos. A segunda chave fundante é a hipótese que os indivíduos agem racionalmente para maximizar as utilidades. Aqui, novamente, economistas estão realmente cientes que os indivíduos são capazes de agir irracionalmente ou em busca de metas outras que a maximização das utilidades, mas a estratégia de excluir estes desvios do princípio de racionalidade é justificado pelo esforço de identificar o centro dinâmico de uma economia.

Para Block (1990), estas hipóteses em que neoclássicos, e, portanto também a teoria do capital humano, dependem são elencados em termos universais e não históricos. Dado que os fatos emergem de um corpo de uma teoria que foi primeiramente formulada no século 19 e que eles continuam a fornecer as bases da reconstrução neoliberal do estado nos anos 80 e 90 nas mais liberais democracias do ocidente, talvez seja tempo destas hipóteses originais serem reexaminadas. Juntas, as duas hipóteses fornecem a base do modelo de autorregulamentação do mercado que harmoniza transações por produtos, trabalho e capital.

A sociologia econômica nega a primeira hipótese argumentando que a sociedade e a cultura não podem ser retiradas arbitrariamente da economia. Claramente, tanto a sociedade quanto a cultura moldam as preferências dos indivíduos de várias maneiras. Fatores sociais também influenciam as transações contratuais econômicas. Até mesmo os contratos repousam em entendimentos culturais e no sistema jurídico que é historicamente determinado. As fundações metodológicas da economia neoclássica obscurecem os determinantes sociais, culturais e políticos da ação econômica. Marginson (1993:25) argumenta que estes resultados, em uma análise que é não histórica e, através de procedimentos tautológicos, continuamente redescobre a centralidade das noções puramente econômicas. baseada, como se encontra, na falsa premissa de ‘naturalidade’ da inclinação humana na busca de ganho econômico, a ‘falácia econômica’ imagina que sociedades

http://www2.unifap.br/borges

capitalistas não têm cultura no sentido em que sociedades primitivas e pré-modernas tinham. Quando nós reconhecemos que a busca de ganho econômico é, ela mesma, uma criação cultural, então é aparente que nós somos regidos por profundas, mas não examinadas, crenças coletivas.

A teoria do capital humano, então, é uma noção empobrecida do capital. Ela é incapaz de entender atividade humana outra que não a de câmbio de mercadorias e a noção de capital empregada é puramente quantitativa. Ela não entendeu o ponto que o capital é uma força social independente aonde a criação de valor social acontece através de seu acúmulo de capital e transformação contínua através da circulação de mercadorias. No capitalismo, o trabalho é estruturalmente separado dos meios de produção. Trabalho e meios de produção são concentrados como mercadorias e capital nas mãos de uma classe oposta. Os meios de produção não são somente físicos, mas também aparecem nas relações sociais. O indivíduo, no capitalismo, só pode arcar com os meios de produção vendendo a sua mercadoria trabalho. A luta dos trabalhadores para melhorar as condições de vida é mediada, então, pelas relações sociais dentro das quais eles se encontram. Dada esta explicação, o capital humano é uma forma de trabalho abstrata - uma mercadoria - e não capital. Mercadorias tais como capital humano são, então, parte do ciclo de vida do capitalismo como uma forma de trabalho e incapazes de serem trocadas independentemente deste.

A segunda hipótese exposta por Block (1990) que é de primordial importância para a teoria do capital humano é também aberta à críticas em uma variedade de níveis. Na moderna teoria do capital humano todo comportamento humano é baseado no auto-interesse econômico dos indivíduos operando em mercados livremente competitivos. Outras formas de comportamento são excluídas ou tratadas como meras distorções do modelo. Friedman (1962: 100-101), por exemplo, argumentou que todos os benefícios da educação vocacional e profissional são limitados pelo indivíduo que é educado. A maximização do auto-interesse racional separado do grupo social ao qual o indivíduo pertence é um artigo central da fé na teoria do capital humano. Uma crítica da maximização da utilidade racional (Block, 1990: 25) sugere que a elevação do auto-interesse a uma posição de dominância na qual

http://www2.unifap.br/borges

muitas análises econômicas repousam é, ela própria conseqüência de arranjos sociais.

O que constitui a ação racional depende, em certos graus, do contexto o qual a teoria do capital humano nega com sua metodologia individualista. De uma perspectiva pós-estruturalista, Elster (1983) enfatiza a natureza problemática da racionalidade individual que está por trás de qualquer noção de auto-interesse. De acordo com Elster (1983), sob condições de complexidade e incerteza, a lacuna entre racionalidade na ação e perfeita racionalidade pode ser substancial.

Uma outra crítica da teoria do capital humano diz respeito a um problema mais técnico, sobre críticas sobre a aplicação da teoria como meio de explicar o crescimento econômico nacional. Argumentos sobre o crescimento econômico em relatórios, como os de Becker (1994) mostram, no máximo, que a educação contribui com diferenças de ganhos entre pessoas e somente em certas circunstâncias. A crítica vem de Blaug (1987: 233) que afirma, “deve ser dito que os modelos até aqui examinados da literatura de relatórios de crescimento falham totalmente em explicar o mecanismo pelo qual seu efeito é produzido". A alegação de que o crescimento econômico emana da educação é sem sentido porque, apesar de que possa ser afirmado que a educação contribua para o crescimento, assim o fazem muitas outras atividades. Blaug (1987: 231) diz que o que deve ser ilustrado é “não que educação contribui para o crescimento, mas que mais educação contribui para o crescimento, na mesma margem em que mais saúde, mais habitação, mais estradas, etc.”.

O item fundamental que os relatórios de crescimento ignoram são os custos dos recursos já investidos no sistema educacional e, assim, os cálculos não nos dizem nada sobre o retorno líquido dos gastos em educação. A esse respeito, Blaug (1987: 134) argumenta que "Gastos públicos na educação terceária dependem não somente dos custos da instrução, mas também do volume de ajuda direta aos estudantes". Blaug (1987: 135) mais adiante nota que "Níveis de gastos públicos em ajuda estudantil podem encorajar ou desencorajar a demanda privada por educação terceária, mas *não podem* afetar diretamente os níveis de desenvolvimento econômico ou as taxas de crescimento do GNP por cabeça". Mesmo no discurso econômico, ‘investir’ em educação não traz necessariamente igualdade. No entanto, o

http://www2.unifap.br/borges

comprometimento dos governos ocidentais com políticas educacionais de crescimento econômico através do desenvolvimento de capital humano está aumentando financiado através da dívida privada na forma de empréstimos estudantis.

Leituras Complementares

Becker. G. (1994) *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis With Special Reference to Education*. Chicago: The University of Chicago Press.

Blaug, M. (1987) "Declining subsidies in tertiary education: An economic analysis". In M. Blaug, *The Economics of Education and the Education of an Economist.* New York: New York University Press.

Blaug, M. (1987) "Rate of return on investment in Great Britain". In M. Blaug, *The Economics of Education and the Education of an Economist.* New York: New York University Press.

Block, F. (1990) *Post Industrial Possibilities: A Critique of Economic Discourse*. Los Angeles: University of California Press.

Elster, J. (1983) *Sour Grapes. Studies in the Subversion of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fitzsimons, P. & M. Peters (1994) "Human capital theory and the Government's Industry Training Strategy", *Journal of Education Policy*, 9, (3): 245-266.

Fitzsimons, P. (1997) "Human capital theory and participation in tertiary education". In K-M. Mathews & M. Olssen (Eds.), *Critical Perspectives on Education Policy For the 1990s and Beyond* (pp. 107-129). Palmerston North: The Dunmore Press.

Foray, D. & B. Lundvall (1996) "The knowledge-based economy: From the economics of knowledge to the learning economy". In *Employment and Growth in the Knowledge-based Economy OECD Documents,* Paris: OECD.

http://www2.unifap.br/borges

Friedman, M. (1962) *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press.

Marginson, S. (1993) *Education and Public Policy in Australia.* Cambridge: Cambridge University Press.

Organisation for Economic Co-operation and Development (1997a) *Thematic* Review *of the First Years of Tertiary Education*. Paris: Directorate for Education, Employment, Labour and Social Affairs.

Organisation for Economic Co-operation and Development (1997b) *Internationalisation of Higher Education*. Paris: Centre for Educational Research and Innovation.

Prof. Borges

http://www2.unifap.br/borges